

Paim defende reajuste salarial

João Júnior
Da equipe do Correio

O deputado Paulo Paim (PT-RS) propôs que todos trabalhadores recebam, até o dia 5 de agosto, um reajuste equivalente ao IPC-r acumulado desde a última data-base.

Paim, que preside a Subcomissão de Salários da Comissão de Trabalho da Câmara, apresentou ontem seu substitutivo à MP da desindexação. Além dessa proposta, o substitutivo reúne outras 50 emendas dos partidos de oposição.

“O objetivo é preservar os salários. Afinal, eles são a única coisa que o governo realmente está desindexando”, alegou Paim.

As sugestões serão analisadas pelo relator da matéria, senador Coutinho Jorge (PMDB-PA), que vai preparar um relatório preliminar até o dia 31 de julho. A MP deverá ser votada na segunda quinzena de agosto.

No substitutivo, Paim também sugere a volta do gatilho salarial, que dispararia sempre que a inflação ultrapassasse os 6% mensais.

Representantes — Outra proposta é a criação das *Comissões de Fábrica*, que negociariam com as empresas, em nome dos trabalhadores, a conces-

PROJETO PETISTA

1 Gatilho: reajuste dos salários pelo INPC, sempre que a inflação passar dos 6% ao mês. Se a inflação ficar abaixo dos 10% ao ano, o gatilho desaparece.

2 Comissões de Fábrica: nomeadas pelos trabalhadores, elas vão negociar com os patrões os índices da gratificação por produtividade.

3 Reposição do IPC-r acumulado: integral para todas as categorias e a ser paga em agosto, com base em primeiro de julho de 1995.

4 Proteção contra demissões: se o trabalhador for demitido antes de sua data-base, a empresa paga a diferença.

5 Aviso-prévio: proporcional ao número de anos de carteira assinada na empresa.

6 Salário mínimo: garantia de que alcançará R\$ 180,00 em 1º de maio de 1996.

7 Livre negociação: aumentos reais na data-base, garantida toda a reposição da inflação no período.

são da gratificação por produtividade.

“As comissões funcionariam como braços dos sindicatos, e seus membros teriam estabilidade e direito à participação nos lucros das empresas”, explicou o deputado.

Em caso de demissão sem justa causa, o aviso-prévio corresponderia a um salário por cada ano trabalhado.

O relator Coutinho Jorge disse ontem que está disposto a modificar o texto original da MP da desindexação.

“Seria irresponsabilidade minha especificar que mudanças serão feitas. Antes de mais nada, preciso debater o texto com todos os segmentos da sociedade”, justificou.